

27 JAN 1983

PT fará ressalvas no juramento à Constituição

JORNAL DO BRASIL

São Paulo — Ao assumir seus mandatos no dia 1º de março, os oito deputados federais eleitos pelo PT vão prestar juramento com ressalvas à Constituição, como decidiram ontem, em reunião na Assembléia Legislativa de São Paulo. No encontro, o Deputado Aírton Soares (SP) foi reeleito para a liderança do Partido na Câmara, mas apenas por um ano.

No momento de prestar o juramento, a bancada divulgará um documento explicando que os deputados juram a Constituição com ressalvas às salvaguardas incluídas quando da extinção do AI-5 — principalmente o estado de emergência — a Lei de Segurança Nacional e, ainda, ao conjunto da Carta, que, segundo os deputados do PT, não contempla os direitos dos trabalhadores.

Atuação

Da reunião, realizada para debater a atuação do Partido na Câmara esse ano, participaram os deputados: Irma Passoni, Bete Mendes, Aírton Soares, Eduardo

Matarazzo Suplicy, José Genoíno e Djalma de Souza Bom — de São Paulo — Luiz Soares Dulce — de Minas — e José Eudes — do Rio.

A bancada decidiu que seu primeiro ato depois da posse será uma visita aos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, presos na Polícia Federal, a quem prestarão solidariedade, como explicaram, na luta que eles e os posseiros do Araguaia desenvolveram.

Os deputados do PT decidiram, também, convocar à Câmara os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e do Interior, Mário Andreazza, para prestarem esclarecimentos. Do Ministro Delfim Neto, os deputados petistas querem explicações sobre as mudanças na política salarial, o acordo com o FMI, a natureza do endividamento externo e por que a dívida externa atingiu o montante atual. Do Ministro Mário Andreazza, querem informações sobre a questão dos terrenos recebidos pelo BNH do grupo financeiro Delfin. Se os esclarecimentos não forem considerados satisfatórios, o PT pretende requerer a constituição de CPIs.